

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.541 - MG (2018/0347711-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **KML COMERCIO DE CONFECCOES LTDA E OUTROS**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVADO : **PREVIDÊNCIA USIMINAS**
AGRAVADO : **MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A**
ADVOGADO : **JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART - MG073169**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por KML COMERCIO DE CONFECCOES LTDA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALUGUEIS – CITAÇÃO – DIVERSAS TENTATIVAS PARA LOCALIZAR A PARTE RÉ – TODAS FRUSTADAS – CITAÇÃO POR EDITAL – VALIDADE.

Reputa-se válida a citação por edital quando efetivada após frustradas as diversas tentativas para a localização pessoal da parte ré.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 239 e 256, II, do Código de Processo Civil.

Nas razões recursais, sustenta a parte agravante: " A Câmara não acolheu o entendimento de que a citação por edital estava eivada de vício, e que, portanto, seria nula. No presente caso, porém, não foram esgotados todos os meios necessários para a localização dos réus, como pesquisas simples e céleres via sistemas INFOJUD, BACENJUD ou RENAJUD, bem como às instituições financeiras, ao Departamento de Trânsito e a expedição de ofícios para outras instituições públicas.".

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 271-274.

É o relatório.

DECIDO.

2. No tocante à alegada violação dos artigos 239 e 256, II, do Código de Processo Civil, cumpre trazer trecho do acórdão recorrido que consignou:

Na hipótese específica ora em julgamento, como se depreende dos atos processuais, a parte agravada tentou por diversas localizar a parte ré para citá-la pessoalmente, não encontrando êxito em suas tentativas, merecendo destaque o fato de que foram realizadas 03 tentativas de localização em endereços diversos para os três últimos agravados e 04 endereços diferentes para a empresa ora primeira recorrente, conforme alegado pela própria parte agravante na petição de fls. 01/03 do Documento 06.

Não bastasse, a parte agravada cuidou ainda de providenciar pesquisa em órgão oficial, qual seja, a Receita Federal (Documento 11) na busca

de citar pessoalmente a parte ré, tentativa essa que também restou frustrada.

Ora, tão somente depois de frustradas as diversas tentativas para a localização pessoal da parte ré/agravante, é que a parte recorrida, não encontrando outra solução, pleiteou a citação por edital ora questionada, a qual se revestiu de todos os requisitos de validade.

Do acima, a outra conclusão não há senão a de que a parte autora/agravada se desincumbiu de seu ônus de esgotar todas as formas de localização da ré, antes de pugnar pela citação por edital, situação está que afasta qualquer nulidade de citação e implica na manutenção integral da decisão de 1º Grau.

(...)

No caso, o Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu pela ausência de nulidade da citação por edital, uma vez que foram esgotados todos os meios disponíveis para a localização da recorrente. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. ABANDONO DE CARGO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. CITAÇÃO POR EDITAL.LEGALIDADE. SUMULA 7/STJ.

1. O Recurso Especial não merece prosperar, pois a ausência de argumentos hábeis para alterar os fundamentos da decisão ora recorrida (os óbices das Súmulas 7, 83 e 211 do STJ; 282 e 356 do STF), torna incólume o entendimento nela firmado, não havendo falar em reparo na decisão.

2. Ao contrário do que defende a autora, a sua citação por edital foi realizada com observância às disposições legais (art. 163 da Lei 8.112/1990). Foram esgotados todos os meios disponíveis pela Administração para localização da servidora.

3. O Tribunal de origem, alicerçado nas provas coligidas aos autos, afastou a alegação de nulidade do processo, uma vez que, esgotadas as diligências para localização da demandada, realizou a citação por edital, publicando duas vezes, após o que foi nomeado defensor dativo, o qual apresentou defesa fundamentada. Diante desse quadro, rever as conclusões da origem violaria o disposto na Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1754912/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL.ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. NECESSIDADE.REEXAME DAS PREMISSAS FÁTICAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2, do Plenário do STJ, sessão de 09/03/2016).

2. A Primeira Seção, por ocasião do julgamento do REsp 1.103.050/BA (repetitivo), firmou a orientação de que a citação por edital, por ser medida excepcional, somente é admitida depois de esgotadas as tentativas de localização do endereço do devedor, para fins de citação pessoal, pelos correios ou por oficial de justiça.

3. A revisão da conclusão a que chegou o julgado estadual acerca do não exaurimento dos meios tendentes à localização do endereço da parte executada pressupõe o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 483.803/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 11/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR EDITAL.VALIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA LOCALIZAR O RÉU.SÚMULA 7 DO STJ. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS.AUSÊNCIA DE IMPOSIÇÃO LEGAL. PRECEDENTE DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para modificar o que foi decidido pela Corte de origem, no tocante à ausência de nulidade da citação por edital, em virtude do cumprimento de todas as diligências necessárias para citação pessoal do réu, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência incabível no recurso especial ante o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

2. Ademais, conforme já decidiu esta Corte, "não há imposição legal de expedição de ofícios às repartições públicas, para fins de localização do réu tido em local incerto ou não sabido, cuja necessidade deve ser analisada no caso em concreto" (REsp 364.424/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2002, DJ 06/05/2002, p. 289).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1233310/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator